


Encaminha OFÍCIO Nº 121/2023/SCPAR/GABP

BRUNA DOS ANJOS <bruna@scpar.sc.gov.br>

Seg, 23/10/2023 13:54

Para:Protocolo Geral <protocologeral@alesc.sc.gov.br>

 1 anexos (3 MB)

OFÍCIO nº 121.2023_SCPAR_GABP e anexo.pdf;

Prezados,

Cumprimentando-os cordialmente, por ordem do Sr. Alexandre Amin Salum Júnior, Diretor Presidente da SC Participações e Parcerias - SCPAR, encaminho o OFÍCIO Nº 121/2023/SCPAR/GABP, para conhecimento e demais providências.

Solicito a gentileza em acusar o recebimento.

Atenciosamente

Bruna Eva dos Anjos

Secretária de Governança Corporativa

SC Participações e Parcerias S.A - SCPAR

Governo do Estado de Santa Catarina

48-3665-3271/ 48-99629-8604

www.scparcerias.com.br

"Aviso de confidencialidade

Esta mensagem é enviada exclusivamente a seu destinatário e pode conter informações confidenciais e/ou privilegiadas, protegidas por sigilo profissional. Se você não for o destinatário ou a pessoa autorizada a receber esta mensagem, não pode usar, copiar ou divulgar as informações nela contidas ou tomar qualquer ação baseada nessas informações."

Esta mensagem se trata de correspondência eletrônica para uso exclusivo de seu destinatário e pode conter informações confidenciais, que todas as informações contidas devem ser tratadas como confidenciais e não devem ser divulgadas a terceiros sem o prévio consentimento do seu remetente; e, caso não seja o destinatário e/ou a tenha recebido por engano, deve devolvê-la ao remetente e eliminá-la do seu sistema, não divulgando ou utilizando de forma total ou parcial as informações contidas em seu texto e/ou anexos.

Senhor presidente,

Informo que anualmente vem sendo publicado no Portal da Transparência da SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR a Carta de Governança Corporativa e Políticas Públicas. O histórico destes documentos podem ser acessados por meio do seguinte caminho:

- <http://transparencia.scpa.br/scpar/gestao/governanca/carta-anual-de-governanca-corporativa>

Ainda em tempo, esclareço que esta correspondência oficial tem como objetivo o atendimento das normas que regem a matéria, em especial art. 23 da Lei Federal nº 13.303/2016, a saber:

[..] Art. 23. É condição para investidura em cargo de diretoria da empresa pública eda sociedade de economia mista a assunção de compromisso com metas e resultados específicos a serem alcançados, que deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração, a quem incumbe fiscalizar seu cumprimento.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput , a diretoria deverá apresentar, até a última reunião ordinária do Conselho de Administração do ano anterior, a quem compete sua aprovação:

I - plano de negócios para o exercício anual seguinte;

II - estratégia de longo prazo atualizada com análise de riscos e oportunidades para, no mínimo, os próximos 5 (cinco) anos.

§ 2º Compete ao Conselho de Administração, sob pena de seus integrantes responderem por omissão, promover anualmente análise de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo, devendo publicar suas conclusões e informá-las ao Congresso Nacional, às Assembleias Legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal ou às Câmaras Municipais e aos respectivos tribunais de contas, quando houver.

§ 3º Excluem-se da obrigação de publicação a que se refere o § 2º as informações de natureza estratégica cuja divulgação possa ser comprovadamente prejudicial ao interesse da empresa pública ou da sociedade de economia mista [..]

Excelentíssimo Senhor,
MAURO DE NADAL
Presidente
Assembleia Legislativa de Santa Catarina - ALESC
Florianópolis/SC

(Fl. 2 do OFÍCIO Nº 121 /2023/SCPAR/GABP de 16/10/2023)

Sendo assim, encaminho anexas as Cartas de Governança e Políticas Públicas referentes aos anos de 2021 e 2022.

Importante ressaltar que os referidos documentos foram submetidos, avaliados e aprovados favoravelmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, destaco que continuamente a SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR tem direcionado esforços para qualificação dos seus instrumentos de gestão bem como das suas estruturas de governança e mecanismos de transparência.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à disposição para o que se fizer necessário.

Atenciosamente,

(assinado digital)

Alexandre Amin Salum Júnior
Diretor Presidente
SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR



Assinaturas do documento



Código para verificação: **V6I8PJ65**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ALEXANDRE AMIN SALUM JUNIOR (CPF: 507.XXX.339-XX) em 23/10/2023 às 13:04:15

Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/02/2022 - 14:15:03 e válido até 14/02/2122 - 14:15:03.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQVJfMTA1NDJfMDAwMDEzMzlfMTEzOV8yMDIzX1Y2SThQSjY1> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 00001139/2023** e o código **V6I8PJ65** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

SC Parcerias e Participações S.A.

2022

Ano base 2021

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Artigo 8º, incisos I e III, foi elaborada a presente Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva. A Carta contempla a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da empresa SC Participações e Parcerias S.A. em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações, referente ao ano base de 2021, estão detalhadas a seguir.

ÍNDICE:

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS	2
ÍNDICE	3
1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	4
1.1 INTERESSE PÚBLICO	5
1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	9
2.2.1 Produtos e serviços comercializados	9
2.2.2 Receita e lucro por segmento	13
2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	15
2.3.1 Demonstrações Financeiras	15
2.3.2 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios	15
2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	16
2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	19
2.5.1 Matriz de riscos	19
REFERÊNCIAS	21

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Quadro 01 - Apresentação da SCPAR.

Identificação Geral	SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR
CNPJ:	07.293.552/0001-84
Endereço	Rodovia SC 401 - km. 5, nº 4.600 – bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis – SC
Tipo Estatal:	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador:	Estado de Santa Catarina
Tipo societário:	Sociedade Anônima
Tipo de Capital:	Capital Fechado
Abrangência de Atuação:	Nacional
Diretor de Gestão e Finanças:	Jeferson Machado
Auditores Independentes atuais da empresa:	VGA Auditores Independentes SS
Conselheiros Fiscais atuais da empresa:	Giglione Edite Zanela Maia João José Pereira Cavallazi Luiz Felipe Ferreira
Administradores	Presidente: Décio Augusto Bacedo de Vargas Vice-presidente: Vladimir Arthur Fey Ricardo Moritz Gisele de Faria Renata de Arruda Fett Largura Casemiro Tércio dos Reis Lima Carvalho Deivisson Assis Perera Marcelo Werner Salles Mário Povia Diretor Presidente: Ricardo Moritz Diretor: Jeferson Machado Diretor: Carlos Magno
Data da Divulgação Demonstrações Financeiras do Ano de 2021:	28/04/2022

1.1 INTERESSE PÚBLICO

A SCPAR é uma empresa de Economia Mista que atua no apoio à geração de investimentos no Estado de Santa Catarina com foco no setor portuário, onde detém o controle dos portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e a gestão direta do Porto de Laguna, desenvolvendo neste último a função de Autoridade Portuária. Outra atividade da empresa, desenvolvida até o ano de 2021, é o apoio operacional na estruturação de projetos do Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina (PPI-SC). Dessa forma, contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social catarinense.

O interesse público subjacente às atividades desenvolvidas pela Companhia está retratado em seus elementos estratégicos, especialmente nos seus valores norteadores, a saber:

- Excelência nos serviços;
- Zelo pelos ativos públicos;
- Foco em resultados;
- Valorização dos colaboradores;
- Gestão transparente.

1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

De forma a contribuir com as políticas públicas do Estado de Santa Catarina, assim como do Governo Federal, a SCPAR tem como objeto social, conforme descrito no Art. 4º de seu Estatuto Social:

- I. Promover a geração de investimentos no território catarinense;
- II. Promover e executar programa de parcerias e investimentos do Estado;
- III. Comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de outras empresas públicas ou privadas; e
- IV. Desenvolver e gerenciar projetos estratégicos de Governo.

E para cumprir os objetivos expressos acima, a Companhia poderá, de acordo com Art. 5º de seu Estatuto Social:

Estruturar ou participar de operações de mercado financeiro e de capitais, bem como outras modalidades de negócio que visem à promoção de investimentos, entre outros, em:

- I - aeroportos, inclusive seus acessos;
- II - educação, saúde, segurança pública e turismo;
- III - empreendimentos imobiliários e habitacionais;
- IV - geração e transmissão de energia;
- V - logística de todos os modais;
- VI - parques tecnológicos de inovação, ciência e tecnologia;
- VII - portos, marinas e obras costeiras;

- VIII - rodovias;
- IX - saneamento básico;
- X - sistemas de mobilidade urbana; e
- XI - telecomunicações, transmissão de dados e tecnologia da informação.

A empresa poderá ainda:

- I - celebrar com a Administração Pública Direta e Indireta os contratos que tenham por objeto: a) a elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços; b) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão ou permissão de uso ou outra modalidade onerosa de alienação de ativos, equipamentos, instalações ou outros bens, vinculados ou não a projetos de parcerias público-privadas, de concessão ou de permissão;
- II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo;
- III - contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observada a legislação pertinente;
- IV - contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;
- V - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;
- VI - emitir e distribuir valores mobiliários, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- VII - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;
- VIII - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;
- IX - contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor;
- X - integralizar cotas em fundos de qualquer natureza; e
- XI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

Em face de decisões estratégicas tomadas pelo Governo do Estado de Santa Catarina e da revogação dos objetivos de “promover a geração de investimentos no Território do Estado, fortalecendo a interação entre ele e a iniciativa privada, por meio da celebração de contratos nos regimes de parcerias público-privadas” e “promover e executar programa de parcerias e investimentos do Estado” conforme a Lei Complementar Estadual nº 789/2021, a partir de 2022 tais competências não serão escopo de atuação da empresa, que terá seu direcionamento focado na eficácia da gestão portuária dos portos delegados ao Estado. Não obstante, o Estatuto Social da empresa será alterado a fim de contemplar a nova situação.

Em relação às participações acionárias, a SCPAR vai concentrar sua atuação em empresas do segmento da gestão portuária, razão pela qual se vislumbra o desinvestimento na Companhia de Águas e Saneamento de Santa Catarina – CASAN, já iniciado em 2021, bem como no Sapiens Parque.

A atuação da empresa no segmento portuário tem como objetivo principal garantir a operação contínua dos Portos Delegados ao Estado, mantendo a qualidade dos serviços para que tenham condições de competitividade frente ao mercado. Para tanto, a SCPAR tem a transversalidade como estratégia conceitual e operacional, incorporando visões multifacetadas dos problemas para abarcar novas perspectivas e propor soluções.

A SCPAR conta com recursos próprios e receitas advindas dos serviços portuários, sendo que referidas receitas portuárias são reinvestidas na atividade portuária, em conformidade com os termos de delegação.

Em relação à área de atuação de desestatização, os projetos desenvolvidos incluem as parcerias público-privadas previstas na Lei 11.079/2004, as concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos. Coube à companhia o apoio operacional na realização dos estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização. Com esta atribuição a SCPAR reafirmou seu objetivo de trabalhar lado a lado com as Secretarias de Estado, Autarquias, Empresas Públicas e de Economia Mista, assim como com a iniciativa privada, para elevar a competitividade, gerar riquezas e melhorar a vida da população catarinense.

Como fonte de recursos para a atuação na área de desestatização a SCPAR receberá, para cada projeto, valores de ressarcimento por custos operacionais referentes ao assessoramento técnico especializado, conforme disciplina o parágrafo 4º do art. 6º do Decreto Estadual 468, de 13 de fevereiro de 2020.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A SCPAR está constantemente aprimorando suas práticas de Governança Corporativa, Compliance e Gestão de Riscos, especialmente após o advento da Lei Federal nº 13.303 de 2016, conhecida como a Lei das Estatais, que trouxe maior profissionalismo para a gestão pública. Para tanto, a empresa contempla em seu Planejamento Estratégico um objetivo vinculado ao aperfeiçoamento da governança corporativa do Grupo, alinhado com a métrica de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

Ênfase para a participação da empresa no Programa de Integridade e Governança da Secretaria Executiva de Integridade e Governança do Estado de Santa Catarina, hoje vinculada à Controladoria Geral do Estado – CGE, que a partir de um formulário preenchido pelas áreas, apresentou um Mapa Prévio de Riscos, onde de forma concisa e objetiva, apresenta uma visão preliminar, sobre o nível dos riscos identificados, sua divisão em categorias, as principais fontes e causas, bem como os possíveis impactos e consequências para a organização, caso venham a ocorrer.

Em 2021 melhorias na estrutura organizacional foram realizadas, dentre elas destacamos criação da Secretaria de Governança Corporativa e do Comitê de Auditoria Estatutário Conglomerado, este último para atender não somente à SCPAR, mas também as demandas dos Portos, constituindo assim uma visão global do grupo econômico. O CAE conglomerado atua em todas as empresas e está subordinado hierarquicamente ao Conselho de Administração de cada empresa, trazendo maior eficiência, segurança jurídica, uniformidade do ponto de vista de *Compliance*, controle e gestão de riscos, além de mentoria qualificada para apoio aos CONSAD's.

As boas práticas de governança corporativa incluem, ainda, a aplicação de um regulamento de licitações e contratos, disponível ao público interno e externo, para orientar e normatizar a forma de atuação da empresa perante suas contratações, e de um Comitê de Elegibilidade para atuar preventivamente no que tange ao cumprimento das obrigações mínimas do perfil de seus administradores e conselheiros fiscais no cumprimento das exigências previstas na Lei 13.303/2016. A empresa também aprimorou seus métodos de transparência, com a divulgação ao público externo da integralidade de informações relativas às licitações, contratos, demonstrativos financeiros, dentre outros.

Ainda em 2021, instaurou-se uma Comissão mista composta por membros da SCPAR Holding, SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de São Francisco do Sul, com o objetivo de criar o Regimento Interno de cada empresa, trabalho iniciado já em 2021 e concluído em 2022. Atualmente, as propostas passam pelas instâncias internas de validação.

A SCPAR também possui um Código de Conduta e Integridade para orientar todos os colaboradores e gestores a atuarem com uma compreensão clara dos valores a serem seguidos no âmbito de atuação dos negócios da empresa, trazendo orientações para o comportamento pessoal e profissional sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude.

Por fim, a Auditoria Interna foi exercida em paralelo com as atividades de Controle Interno. Essa sobreposição impactou o pleno desempenho das ações planejadas. Em síntese, foram desenvolvidas duas auditorias no Terminal Pesqueiro Porto Organizado de Laguna, colaboração com o “PROGRAMA NACIONAL DE PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO, Sistema e-Prevenção”, uma plataforma organizada pela *Rede Controle de Gestão Pública, para auxiliar as organizações públicas a diagnosticarem sua suscetibilidade à corrupção e a melhorarem seus sistemas institucionais de prevenção e envio de dados online ao e-Sfinge, onde foram realizados trabalhos de conformidade das licitações realizadas, com escopo nas exigências do TCE como pré-Publicação, Publicação, Homologação.

2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O quadro a seguir demonstra as atividades desenvolvidas pela SCPAR, bem como seus principais clientes.

Quadro 2 – Serviços SCPAR

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES
Participações Acionárias	Atuação nas empresas investidas, por meio da participação nos Conselhos de Administração, com o direcionamento estratégico, adotando regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno.	SCPAP Porto de Imbituba S.A. SCPAP Porto de São Francisco do Sul S.A. Sapiens Parque S.A. CASAN S.A. TAC - Motors Automotiva Catarinense S.A. Fundo SC-FIP Capital Semente Inovação
Estruturação de projetos de desestatização	Apoio operacional no desenvolvimento e gerenciamento de projetos de desestatização, contemplando asparcerias público-privadas (PPPs), previstas na Lei 11.079/2004, as concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos do Estado de Santa Catarina, onde são realizados estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização.	Secretarias de Estado e órgãos da administração direta e indireta do Governo de Santa Catarina.
Gestão Portuária	Apoio na modernização das práticas de gestão e na administração dos empreendimentos portuários, com vistas a garantir sua eficiência. Operação direta de empreendimento portuário.	SCPAP Porto de Imbituba S.A. SCPAP Porto de São Francisco do Sul S.A. SCPAP Porto de Laguna

2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

2.3.1 Desempenho das Subsidiárias e Filial (SCPAP Porto de São Francisco do Sul, SCPAP Porto de Imbituba e SCPAP Porto de Laguna)

As subsidiárias da companhia, SCPAP Porto de Imbituba e SCPAP Porto de São Francisco do Sul, conquistaram integralmente um crescimento em relação ao ano anterior. O ano de 2021 consolidou as atividades portuárias em Imbituba, com a movimentação recorde na sua história: 6,9 milhões de toneladas. O fato representou um crescimento em torno de 20% em relação ao ano anterior. A SCPAP Porto de São Francisco do Sul também obteve resultados operacionais acima da média, alcançando marcas inéditas. A movimentação total ultrapassou a marca de 13,6 milhões de toneladas, representando a maior movimentação de carga da sua história, 14% acima da movimentação do ano anterior.

A eficiência nas operações do Porto de São Francisco do Sul possibilitou que 460 navios atracassem em 2021, representando assim um crescimento de 11,4% em comparação com 2020. O Porto registrou o maior volume da história na importação de insumos para a produção siderúrgica e fertilizantes, a movimentação de bobinas e barras de aço obteve um aumento de 72% em relação a 2020 e a importação de fertilizantes

passou de 2 milhões para 2,5 milhões de toneladas em 2021, gerando um acréscimo de 25%.

No aspecto econômico-financeiro, a SCPAR Porto de Imbituba S.A, encerrou o ano de 2021 com um lucro líquido de R\$12.882.258,38, representando um aumento significativo de 24% se comparado aos números registrados no ano anterior. A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento de 23% em relação ao ano de 2020, registrando a quantia total de R\$ 62,5 milhões no ano de 2021.

A SCPAR Porto de São Francisco do Sul, por sua vez, encerrou o ano de 2021 com prejuízo de R \$21,9 milhões. O fator que contribuiu para a queda do lucro foi a contratação do serviço de dragagem de manutenção, na ordem de R \$41,7 milhões. investimento necessário para o desassoreamento do canal interno, externo (numa extensão de 17 quilômetros) e dos berços de atracação. O Projeto Básico da Dragagem de Manutenção ofereceu mais segurança e eficiência na entrada, saída e movimentação de grandes navios no complexo portuário. Para se ter uma idéia da envergadura desta obra, foram retirados mais de 2,2 milhões de metros cúbicos de sedimentos, o equivalente à capacidade de 150 mil caminhões de areia. Apesar do porte da obra permitir o tratamento do dispêndio como investimento, conforme resolução nº 61 de 2021 da ANTAQ, este foi contabilizado como custeio operacional conforme orientação técnica contida no Art 3º da Resolução nº 49 de 2021 da ANTAQ, refletindo diretamente no resultado da companhia.

Por fim, a filial Porto de Laguna, assumida pela SCPAR em 16/10/2019, em 2021, obteve uma movimentação de 4,4 toneladas de pescados descarregados. Os dados traduzem uma queda de 43% do volume de comparado ao ano anterior. O cenário atípico, que refletiu na baixa movimentação, foi causado por condições desfavoráveis de localização e volume de estoque pesqueiro somado ao assoreamento do cais de descarga. No mesmo período, foram atendidas 475 embarcações, número bem superior ao ano de 2019, o que reforça o entendimento de que o estoque pesqueiro não estava no litoral sul de Santa Catarina ou que as condições climáticas não foram favoráveis.

As atividades de fornecimento de água para as embarcações, arrendamento da Fábrica de gelo e do Posto de Gasolina e as atividades de atracação e descarga, fizeram com o que o Porto auferisse uma receita de R\$1,1 milhão. No entanto, os gastos operacionais atingiram o montante de R\$2,7 milhões, fazendo com que o porto de Laguna incorresse num prejuízo de aproximadamente R\$1,7 milhões no ano de 2021.

2.3.2 Desempenho SCPAR

No exercício de 2021 a SCPAR apresentou Lucro de R\$17,7 milhões, ante um resultado negativo de R\$17,8 milhões em 2020. Este lucro é decorrente do resultado positivo da equivalência patrimonial nas investidas Sapiens Parque e CASAN, cujos valores montam em R\$3,9 milhões e 17,5 respectivamente.

No que diz respeito aos portos de Imbituba e São Francisco do Sul, a empresa tem direito a receber os dividendos obrigatórios das controladas. Contudo, por força do

contrato de Delegação da administração dos portos, a SCPAR necessita reinvestir essa receita em atividades/estruturas/demandas exclusivas destes portos. Após a apuração de resultados dos portos referente ao ano de 2020, a SCPAR deverá receber, a título de dividendos, o valor de R\$3.220.564,5 da SCPAR Porto de Imbituba, sendo que a SCPAR Porto de São Francisco do Sul não distribuirá dividendo devido ao resultado negativo da companhia.

A filial SCPAR Porto de Laguna, apesar de apurar receita no valor de R\$1,1 milhões, apresentou resultado negativo de R\$1,7 milhões devido à necessidade de investimentos e custeio operacional.

Quanto às participações acionárias, um fato relevante foi a redução do capital social por excesso por meio da devolução das 133.017.850 (cento e trinta e três milhões, dezessete mil, oitocentos e cinquenta) ações, que a SCPAR possui junto à CASAN, ao acionista Estado de Santa Catarina, realizado em 29/09/2021.

O Sapiens Parque S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 8,7 milhões, superior ao de 2020, que havia sido de R\$ 2,7 milhões. O resultado positivo foi refletido na equivalência patrimonial apontada nas demonstrações contábeis da companhia.

A SCPAR também possui participações acionárias na TAC Tecnologia Automotiva Catarinense, cujo valor importa em R\$6,2 milhões; na Rossin Automotiva S/A, com valor de R\$2,5 milhões; e na Proeza Automotiva S.A., cujo valor importa em R\$0,4 milhões. As referidas participações acionárias foram provisionadas como perda na realização de participações no valor total de R\$9,1 milhões, e que foram interpostas ações judiciais na 3ª Vara Cível da Capital, da SCPAR contra as empresas, com vistas à recuperação das perdas apontadas.

As atividades desenvolvidas junto à investida INVESC não provem receitas a SCPAR.

Outros ingressos financeiros da empresa foram decorrentes de investimentos avaliados pelo patrimônio líquido e receita financeira, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Investimentos e Receitas recebidos/à receber referente ao ano 2021

Investimentos	Retorno de investimento ou Receita (R\$)	Percentual do ingresso financeiro total (%)
Participações acionárias - Dividendos		
SCPAR Porto de Imbituba S.A.	3.220.564,50	48,42%
SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.	0,00	
Subtotal	3.220.564,50	48,42%
Receita Operacional		
SCPAR Porto de Laguna	1.182.635,12	17,78%
Subtotal	1.182.635,12	17,78%
Receita financeira		
Aplicações financeiras	1.921.274,23	28,89%
Juros Auferidos	15.314,11	0,23%
Variação monetária ativa	285.928,07	4,30%
Rendimentos Fundo SC	25.739,47	0,39%
Subtotal	2.248.255,88	33,80%
TOTAL	6.651.455,50	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da empresa

2.3.3 Demonstrações Financeiras (2021)

A SCPAR auferiu lucro de R\$17.781.852,10 no exercício de 2021, conforme se observa na **Tabela 2**. Tal resultado é decorrente principalmente devido ao resultado da equivalência patrimonial positiva decorrente das investidas Sapiens Parque e CASAN e da distribuição de dividendos do Porto de Imbituba.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado do Exercício de 2021

	2021	2020
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.014.109,92	1.446.193,56
Prestação de serviços (nota 21)	1.182.635,12	1.686.523,24
(-) Im postos sobre serviços (nota 22)	(168.525,20)	(240.329,68)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(875.761,74)	(555.901,93)
Custos dos Serviços	(875.761,74)	(555.901,93)
LUCRO BRUTO	138.348,18	890.291,63
DESPESAS OPERACIONAIS	(9.104.530,57)	(9.026.004,67)
Despesas Pessoal e Encargos (nota 23)	(5.300.090,35)	(5.372.849,96)
Despesas Gerais e Administrativas	(414.568,10)	(453.714,42)
Honorários da Administração, Conselhos e Encargos	(1.251.135,29)	(1.491.667,06)
Serviços de Terceiros (nota 24)	(2.104.068,31)	(1.651.097,84)
Depreciação	(34.668,52)	(56.675,39)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	24.622.177,20	(10.656.155,99)
Resultado da Equivalência Patrimonial (nota 25)	21.461.413,51	(14.897.937,34)
Dividendos dos Portos	3.119.968,69	10.227.031,67
Convênio ref. Infraestrutura de Acesso aos Portos	-	(5.985.250,32)
Restituição de seguros	40.795,00	-
RESULTADOS ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS	15.655.994,81	(18.791.869,03)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (nota 24)	2.125.857,29	916.909,80
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	17.781.852,10	(17.874.959,23)
Im posto de Renda Sobre Lucro (nota 25)	-	-
Contribuição Social Sobre Lucro (nota 25)	-	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO do EXERCÍCIO	17.781.852,10	(17.874.959,23)
Lucro/Prejuízo por Ação	0,07	(0,04)

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras

2.3.4 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios (2021)

O orçamento de custeio e investimento, aprovado no âmbito do Conselho de administração, monta em R\$ 19.339.311,00 sendo que a Cia realizou apenas 52,49%, totalizando um montante de R\$ 10.151.611,38. Destaque para o orçamento de custeio que foi realizado 33,8% abaixo do orçado, conforme se observa na **Tabela 3**. Os investimentos previstos foram bastante impactados pela pandemia mundial, refletindo na realização desse orçamento.

Tabela 3 – Orçamento 2021

	Descrição	Previsão 2021	Realizado 2021
I	SALÁRIOS E ENCARGOS		
	PESSOAL	5.580.000,00	5.152.744,33
	ENCARGOS	4.759.100,00	1.398.481,31
	TOTAL DE SALÁRIOS E ENCARGOS	10.339.100,00	6.551.225,64
II	IMPOSTOS E TAXAS	223.173,00	122.407,08
	TOTAL DE IMPOSTOS E TAXAS	223.173,00	122.407,08
III	DESPESAS OPERACIONAIS	243.800,00	36.747,50
	TOTAL DE DESPESAS OPERACIONAIS	243.800,00	36.747,50
IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	1.199.502,00	359.957,92
	TOTAL DAS DESP. ADMINISTRATIVAS	1.199.502,00	359.957,92
VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.197.496,00	2.979.830,05
	TOTAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.197.496,00	2.979.830,05
VII	DESPESAS FINANCEIRAS	16.240,00	17854,19
	TOTAL DESP. FINANCEIRAS	16.240,00	17.854,19
	TOTAL ORÇAMENTO CUSTEIO	15.219.311,00	10.068.022,38
	TOTAL ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	4.120.000,00	83.589,00
	TOTAL ORÇAMENTO GERAL	19.339.311,00	10.151.611,38

2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresenta-se, a seguir, a descrição da composição e da remuneração da administração do exercício social de 2019, 2020 e 2021:

Quadro 3 – Remuneração 2021

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2021 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. Nº total de membros	3	7	2	1
b. Nº de membros remunerados	3	7	2	1
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	609.374,48	253.676,16	63.419,04	31.709,52
Benefícios diretos e indiretos*	47.316,00**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	0,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	8.018,68	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	13.723,41	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	656.690,48	253.676,16	63.419,04	95,128,56

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

Quadro 4 – Remuneração 2020

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2020 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. Nº total de membros	3*	8	2	3
b. Nº de membros remunerados	3*	8	2	3
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	609.374,48	253.676,16	63.419,04	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	47.316,00**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	2.400,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	8.018,68	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	13.723,41	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	656.690,48	253.676,16	63.419,04	95.128,56

*No início do exercício constavam 5 membros na Diretoria Estatutária e 8 membros no Conselho de Administração.

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

Quadro 5 – Remuneração 2019

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2019 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. Nº total de membros	5*	7	3	3
b. Nº de membros remunerados	5*	7	3	3
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	1.064.234,69	248.743,56	95.128,56	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	148.569,48**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	2.400,00***	Não há
Descrição de outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	1.212.804,17	248.743,56	97.528,56	97.528,56

*No início do exercício constavam 4 membros na Diretoria Estatutária e 8 membros no Conselho de Administração.

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

2.5.1 Matriz de riscos

A Análise de Riscos Institucional advinda da Estratégia de Longo Prazo: 2021-2025 da SCPAR detêm os macro fatores de risco aplicáveis ao negócio da empresa, bem como sua macroestrutura de controle e gerenciamento desses riscos. Tal análise pode ser observada por meio do quadro abaixo:

Quadro 6– Análise de Riscos

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina	Dimensão do estado limita o interesse do mercado por certos projetos	Embora haja um interesse natural por regiões de maior industrialização, como SP e MG, nos últimos anos Santa Catarina vem ocupando lugar de destaque no cenário de investimentos, em função dos índices de alfabetização, qualificação de mão-de-obra e IDH.	Estar presente em eventos como o Brazil Investment Forum para divulgar os projetos de Santa Catarina para grandes investidores, com a produção de materiais de divulgação e pautar a imprensa local e nacional com os projetos do estado que necessitam de investimentos privados.
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina	Questionamentos de órgãos de controle (MP e TCE) aos projetos	Os órgãos de controle são stakeholders diretos dos processos de desestatização, pois fiscalizam e tem o poder de impugnar qualquer projeto de PPP, concessão ou privatização.	Construir os processos em atendimento a todas as orientações dos órgãos de controle, como portarias, resoluções e instruções normativas. Além disso, estreitar o relacionamento da SCPAR com o TCE-SC por meio de visitas à entidade para debater os processos de desestatização do estado de Santa Catarina.
Garantir a eficiência da operação portuária	Perda da delegação	A perda de delegação pode decorrer do não cumprimento por parte do Estado dos requisitos exigidos pelo Governo Federal no Convênio de Delegação.	Demonstrar a melhoria na gestão dos portos delegados; demonstrar a contribuição econômica e social dos portos para o Estado de SC, por meio de evidências objetivas. Realizar um controle efetivo das obrigações exigidas nos convênios de delegação.
Garantir a eficiência da operação portuária	Crescimento dos portos privados concorrentes, que possuem melhores tecnologias e maior poder de investimento.	Os portos privados possuem mais liberdade de negociação tarifária; não se submetem aos ditames legais nos processos de arrendamentos; fazem gestão voltada para resultados; e tem capacidade	Modernizar os portos de interesse público; fazer gestão voltada para resultados; estabelecer política comercial, com ampliação dos arrendamentos e atração de novas cargas.

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
		de investimento.	
Promover e aprimorar o Programa de Parcerias e Investimentos do Estado de Santa Catarina'	Desconhecimento da população em relação ao modelo de PPP e concessões	O desconhecimento pode levar a perda de apoio popular para os projetos e aumento de resistências.	Pautar a imprensa com informações positivas sobre as PPPs e comunicar de forma direta à sociedade as ações do governo.

REFERÊNCIAS

_____. **Estratégia de Longo Prazo da SC Participações e Parcerias: 2021-2025.**

Disponível em: <<http://transparencia.scpa.r.sc.gov.br/scpar/gestao/planos-relatorios-e-indicadores/estrategia-de-longo-prazo>>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____. **Plano de Negócios Anual 2021.** Disponível em:

<http://transparencia.scpa.r.sc.gov.br/scpar/gestao/planos-relatorios-e-indicadores/plano-de-negocios-anual>>. Acesso em: 10 set. 2021.



CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

SC Parcerias e Participações S.A.

2023

Ano base 2022

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Em conformidade com a Lei 13.303, de 30 de junho de 2016, Artigo 8º, incisos I e III, foi elaborada a presente Carta Anual, subscrita pelos membros do Conselho de Administração e Diretoria Executiva. A Carta contempla a explicitação dos compromissos de consecução de objetivos de políticas públicas da empresa SC Participações e Parcerias S.A. – SCPAR em atendimento ao interesse coletivo que justificou a autorização para a sua criação, com definição clara dos recursos a serem empregados para esse fim, bem como a divulgação de informações relevantes, em especial as relativas a atividades desenvolvidas, estrutura de controle, fatores de risco, dados econômico financeiros, comentários dos administradores sobre o desempenho, políticas e práticas de governança corporativa e descrição da composição e da remuneração da administração. Essas informações, referente ao ano base de 2022, estão detalhadas a seguir.

ÍNDICE:

APRESENTAÇÃO: CARTA ANUAL DE GOVERNANÇA CORPORATIVA E POLÍTICAS PÚBLICAS	2
ÍNDICE	3
1 APRESENTAÇÃO DA EMPRESA	4
1.1 INTERESSE PÚBLICO	5
1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS	5
2 GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA	8
2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	9
2.2.1 Produtos e serviços comercializados	9
2.2.2 Receita e lucro por segmento	13
2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS	15
2.3.1 Demonstrações Financeiras	15
2.3.2 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios	15
2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	16
2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO	19
2.5.1 Matriz de riscos	19
REFERÊNCIAS	21

1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA

Quadro 01 - Apresentação da SCPAR.

Identificação Geral	SC Participações e Parcerias S.A. - SCPAR
CNPJ:	07.293.552/0001-84
Endereço	Rodovia SC 401 - km. 5, nº 4.600 – bloco 4, 2º piso, Saco Grande, Florianópolis – SC
Tipo Estatal:	Sociedade de Economia Mista
Acionista Controlador:	Estado de Santa Catarina
Tipo societário:	Sociedade Anônima
Tipo de Capital:	Capital Fechado
Abrangência de Atuação:	Nacional
Diretor de Gestão e Finanças:	Jeferson Machado
Audidores Independentes atuais da empresa:	Audimec Auditores
Conselheiros Fiscais atuais da empresa:	Júlio Cesar Bernardi Cogo Sérgio Tadeu Macagnan Rogéria Pereira Machado
Administradores	Presidente: Marcelo Werner Salles Vice-presidente: Marcelo Mendes Gisele de Faria Mário Povia Alexandre Amin Salum Júnior Luciane Corezzolla Decarli Sydney Hercílio da Rosa Rodrigo Mattos Moro Gean Carlos Fermino Diretor Presidente: Alexandre Amin Salum Júnior Diretor: Jeferson Machado Diretor: Gerson Luiz Schwerdt Diretor: Eduardo Antônio Sausen
Data da Divulgação Demonstrações Financeiras do Ano de 2022:	27/04/2023

1.1 INTERESSE PÚBLICO

A SCPAR é uma empresa de Economia Mista que atua no apoio à geração de investimentos no Estado de Santa Catarina com foco no setor portuário, onde detém o controle dos portos delegados de Imbituba, São Francisco do Sul e a gestão direta do Porto de Laguna, desenvolvendo neste último a função de Autoridade Portuária. Dessa forma, contribui diretamente para o desenvolvimento econômico e social catarinense.

O interesse público subjacente às atividades desenvolvidas pela Companhia está retratado em seus elementos estratégicos, especialmente nos seus valores norteadores, a saber:

- Excelência nos serviços;
- Zelo pelos ativos públicos;
- Foco em resultados;
- Valorização dos colaboradores;
- Gestão transparente.

1.2 ATIVIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS

De forma a contribuir com as políticas públicas do Estado de Santa Catarina, assim como do Governo Federal, a SCPAR tem como objeto social, conforme descrito no Art. 4º de seu Estatuto Social:

- I. Promover a geração de investimentos no território catarinense;
- II. Promover e executar programa de parcerias e investimentos do Estado;
- III. Comprar e vender participações acionárias, podendo constituir empresas com ou sem propósito específico, firmar parcerias e participar do capital de outras empresas públicas ou privadas; e
- IV. Desenvolver e gerenciar projetos estratégicos de Governo.

E para cumprir os objetivos expressos acima, a Companhia poderá, de acordo com Art. 5º de seu Estatuto Social:

Estruturar ou participar de operações de mercado financeiro e de capitais, bem como outras modalidades de negócio que visem à promoção de investimentos, entre outros, em:

- I - aeroportos, inclusive seus acessos;
- II - educação, saúde, segurança pública e turismo;
- III - empreendimentos imobiliários e habitacionais;
- IV - geração e transmissão de energia;
- V - logística de todos os modais;
- VI - parques tecnológicos de inovação, ciência e tecnologia;
- VII - portos, marinas e obras costeiras;
- VIII - rodovias;
- IX - saneamento básico;
- X - sistemas de mobilidade urbana; e
- XI - telecomunicações, transmissão de dados e tecnologia da informação.

A empresa poderá ainda:

- I - celebrar com a Administração Pública Direta e Indireta os contratos que tenham por objeto: a) a elaboração de estudos técnicos, projetos, prestação de serviços; b) a locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão ou permissão de uso ou outra modalidade onerosa de alienação de ativos, equipamentos, instalações ou outros bens, vinculados ou não a projetos de parcerias público-privadas, de concessão ou de permissão;
- II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo;
- III - contratar a aquisição de instalações e equipamentos, bem como a sua construção ou reforma, pelo regime de empreitada, para pagamento a prazo, que poderá ter início após a conclusão das obras, observada a legislação pertinente;
- IV - contratar com a Administração Direta e Indireta do Estado locação ou promessa de locação, arrendamento, cessão de uso ou outra modalidade onerosa, de instalações e equipamentos ou outros bens integrantes de seu patrimônio;
- V - contrair empréstimos e emitir títulos, nos termos da legislação em vigor;
- VI - emitir e distribuir valores mobiliários, de acordo com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários;
- VII - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;
- VIII - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;
- IX - contratar serviços de terceiros e celebrar contratos e convênios com órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal e Municipal, bem como com organismos de fomento multilaterais e do terceiro setor;
- X- integralizar cotas em fundos de qualquer natureza; e
- XI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades.

A SCPAR, além de explorar e administrar os três portos organizados delegados ao Estado, através de suas duas subsidiárias integrais e de uma filial (Porto de Laguna), utiliza seu qualificado pessoal para prestar serviços técnicos à Secretaria de Estado da Fazenda no âmbito da Diretoria de Desestatização e Parcerias.

Neste sentido, atua a SCPAR na geração de investimentos através do suporte técnico operacional à Secretaria de Estado da Fazenda (SEF) na Estruturação de projetos de desestatização de serviços públicos, precedidos ou não de obra pública (nas modalidades comum, patrocinada e administrativa) e estruturação de projetos para alienação de ativos (participações acionárias em empresas, estatais ou privadas, pertencentes ao estado e imóveis).

A companhia pode ainda alargar a sua atuação através de suporte técnico especializado na Atração de Investimentos Privados empresariais, por atuar desde a sua criação lado a lado à iniciativa privada, sendo reconhecida nacionalmente como um ponto de apoio ao empreendedor, tanto pela iniciativa privada como por seus pares em outros estados e no Governo Federal.

Em um movimento inverso ao processo de desestatização pelo qual passa a administração pública brasileira, é crescente o movimento de criação de Agências de Atração de Investimentos e Estatais que apoiam a estruturação de projetos de PPP e Concessão.

A iniciativa privada tende a apoiar a criação, uma vez que a expertise e agilidade na prestação destes serviços públicos geram melhorias significativas no ambiente de negócio nos Estados, facilitando a atração de investimento privado, seja esse para instalação de novas empresas, seja para operação de serviços e ativos públicos delegados.

A atuação da empresa no segmento portuário tem como objetivo principal garantir a operação contínua dos Portos Delegados ao Estado, mantendo a qualidade dos serviços para que tenham condições de competitividade frente ao mercado. Através do princípio da transversalidade, a SCPAR vem aperfeiçoando a articulação e a uniformização de ações entre a estatal controladora (SCPAR) e estatais controladas (Portos Delegados), propiciando maior efetividade na gestão das instalações portuárias.

A atração de investimentos do setor privado para concessão e arrendamento das áreas disponíveis e serviços nos portos delegados é outro pilar de atuação da empresa, que apoia o desenvolvimento de projetos desse teor e busca a melhoria das operações e otimização das áreas não afetadas às operações. Assim a companhia corrobora com seu objetivo principal de gerar desenvolvimento econômico no território catarinense.

A SCPAR também atua capitalizando empreendimentos públicos ou privados, seja através de participações acionárias direta, fundos de investimentos, ou ainda outras modalidades de capitalização que não sejam financiamentos regulados pelo Banco Central.

Há demandas potenciais que envolvem a Companhia e que dependem de decisão do Acionista Controlador da SCPAR, especificamente em relação ao Programa de Parcerias e Investimentos, à cargo da Secretaria de Estado da Fazenda e de estruturação de um sistema mais eficiente de gestão de pagamentos e recebimentos, a cargo da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.

O objetivo da companhia é continuar contribuindo com o Estado de Santa Catarina (seu acionista controlador) para o fim de promover e gerar investimentos no território catarinense assim bem como manter e aprimorar a eficiência operacional dos dois portos delegados de Imbituba e São Francisco do Sul, bem como concluir a estruturação do Porto de Laguna através da unificação de sua gestão com a institucionalização do Complexo Portuário Imbituba x Laguna.

2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

2.1 POLÍTICAS E PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

A SCPAR está constantemente aprimorando suas práticas de Governança Corporativa, *Compliance* e Gestão de Riscos, especialmente após o advento da Lei Federal nº 13.303 de 2016, conhecida como a Lei das Estatais, que trouxe maior profissionalismo para a gestão pública. Para tanto, a empresa contempla em seu Planejamento Estratégico um objetivo vinculado ao aperfeiçoamento da governança corporativa do Grupo, alinhado com a métrica de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Ademais, a empresa editou normas e regulamentos, alterou seu Estatuto Social para incluir obrigações de boas práticas de gestão.

Além disso, a empresa vem mantendo um canal de denúncias que possibilita o recebimento de delações internas e externas, atrelado à Ouvidoria Interna da empresa, e implementa políticas de gestão de riscos e *compliance*. Destaque para a participação da empresa no Programa de Integridade e Governança da Secretaria Executiva de Integridade e Governança do estado de Santa Catarina.

A SCPAR deu um importante passo na adequação às novas normas e exigências da LGPD - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, com a formulação de documentos e processos, avaliação dos riscos e implementação do programa de conformidade.

Em 2022 melhorias na estrutura organizacional foram realizadas, dentre elas destacamos o CAE conglomerado, que atua em todas as empresas e está subordinado hierarquicamente ao Conselho de Administração de cada empresa, trazendo maior eficiência, segurança, uniformidade do ponto de vista de *Compliance*, controle e gestão de riscos, além de mentoria qualificada para apoio aos CONSAD's.

As boas práticas de governança corporativa incluem, ainda, a aplicação de um regulamento de licitações e contratos, disponível ao público interno e externo, para orientar e normatizar a forma de atuação da empresa perante suas contratações, e de um Comitê de Elegibilidade para atuar preventivamente no que tange ao cumprimento das obrigações mínimas do perfil de seus administradores e conselheiros fiscais no cumprimento das exigências previstas na Lei 13.303/2016. A empresa também aprimorou seus métodos de transparência, com a divulgação ao público externo da integralidade de informações relativas às licitações, contratos, demonstrativos financeiros, dentre outros.

A SCPAR também possui um Código de Conduta e Integridade para orientar todos os colaboradores e gestores a atuarem com uma compreensão clara dos valores a serem seguidos no âmbito de atuação dos negócios da empresa, trazendo orientações para o comportamento pessoal e profissional sobre a prevenção de conflito de interesses e vedação de atos de corrupção e fraude.

Ainda em 2022, instaurou-se uma Comissão mista composta por membros do grupo econômico SCPAR contendo membros da SCPAR Porto de Imbituba, SCPAR Holding e SCPAR Porto de São Francisco do Sul. Tal comissão tinha o objetivo de criar um Regimento Interno e um Plano de Cargos Comissionados, trabalho iniciado já em 2021 e concluído em 2022. Tendo sido aprovados pelas instâncias internas de validação e amplamente divulgados aos colaboradores.

Por fim, a empresa também está tomando medidas para alteração de sua estrutura organizacional e a criação de um setor e função atinente à Gestão de Riscos, Integridade e *Compliance*. Com isso, a empresa dará um passo importante em termos de boas práticas de Governança Corporativa. A ideia é seguir qualificando-se a partir do corpo técnico e gestor para que, a partir disso, a cultura organizacional siga no sentido de adotar tais práticas como comuns no ambiente da empresa.

2.2 ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

O quadro a seguir demonstra as atividades desenvolvidas pela SCPAR, bem como seus principais clientes.

Quadro 2 – Serviços SCPAR

SERVIÇOS	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	PRINCIPAIS CLIENTES
----------	----------------------	---------------------

Participações Acionárias	Atuação nas empresas investidas, por meio da participação nos Conselhos de Administração, com o direcionamento estratégico, adotando regras de estruturas e práticas de gestão de riscos e controle interno.	SCPAR Porto de Imbituba S.A. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. Sapiens Parque S.A. TAC - Motors Automotiva Catarinense S.A. Fundo SC-FIP Capital Semente Inovação
Estruturação de projetos de desestatização	Apoio operacional no desenvolvimento e gerenciamento de projetos de desestatização, contemplando as parcerias público-privadas (PPPs), previstas na Lei 11.079/2004, as concessões regulamentadas pela Lei 8.987/1995, as privatizações e demais alienações de ativos do Estado de Santa Catarina, onde são realizados estudos técnicos e jurídicos, bem como a modelagem dos processos de desestatização.	Secretarias de Estado e órgãos da administração direta e indireta do Governo de Santa Catarina.
Gestão Portuária	Apoio na modernização das práticas de gestão e na administração dos empreendimentos portuários, com vistas a garantir sua eficiência. Operação direta de empreendimento portuário.	SCPAR Porto de Imbituba S.A. SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A. SCPAR Porto de Laguna

2.3 DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS

2.3.1 Desempenho das Subsidiárias e Filial (SCPAR Porto de São Francisco do Sul, SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de Laguna)

As subsidiárias da companhia, SCPAR Porto de Imbituba e SCPAR Porto de São Francisco do Sul, conquistaram grandes marcas em relação ao ano anterior. O ano de 2022 consagrou as atividades portuárias em Imbituba com a movimentação recorde histórica de 7.122 (sete milhões, cento e vinte e duas mil) toneladas movimentadas, representando um leve crescimento em aproximadamente 3% em relação ao ano imediatamente anterior. Em 2022 a SCPAR Porto de São Francisco do Sul obteve excelentes resultados operacionais, apesar do impacto na produção agrícola causada pela seca. A movimentação total de cargas ultrapassou a marca de 12,6 milhões de toneladas. A eficiência nas operações possibilitou que 468 navios atracassem no Porto de São Francisco do Sul em 2022.

No aspecto econômico-financeiro, a SCPAR Porto de Imbituba S.A. encerrou o ano de 2022 com um lucro líquido de R\$ 103.071.075,91 (cento e três milhões e setenta e um mil e setenta e cinco reais e noventa e um centavos), impulsionado fortemente pelo reconhecimento contábil do trânsito em julgado da ação de tributária n. 5002780-94.2016.4.04.7216 10 453 SCPAR PORTO DE IMBITUBA S.A. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em face da União Federal, em que foi reconhecido a Imunidade Tributária Recíproca da companhia em relação aos impostos de natureza federal, em razão de suas atividades constituírem

serviço público por essência, repercutindo em seu resultado a não mais incidência de Imposto de Renda, bem como a repetição do indébito a ser exercido pela companhia na ordem de R\$ 79.943.138,68 (Setenta e nove milhões, novecentos e quarenta e três mil, cento e trinta e oito reais e sessenta e oito centavos). A Receita Operacional Líquida apresentou crescimento de cerca de 13% em relação ao ano de 2021, registrando a quantia total de R\$70.616.000,00 (setenta milhões, seiscentos e dezesseis mil reais) no ano de 2022.

A SCPAR Porto de São Francisco do Sul, por sua vez, encerrou o ano de 2022 com lucro de R\$5.953.117,23 (cinco milhões novecentos e cinquenta e três mil cento e dezessete reais e vinte e três centavos), sendo que, se considerarmos apenas o resultado Operacional, o valor é de R\$ 621.585,08 (seiscentos e vinte e um mil quinhentos e oitenta e cinco reais e oito centavos), representando, este último valor, um percentual de 10,44% (dez inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento) do lucro total do exercício. A Receita Operacional totalizou o montante de R\$108.120.524,98 (Cento e oito milhões cento e vinte mil quinhentos e vinte e quatro reais e noventa e oito centavos), este valor representou 90,25% (noventa inteiros e vinte cinco centésimos por cento) da receita líquida total da empresa.

O resultado de 2022 foi afetado pela seca que comprometeu a produtividade agrícola, fenômeno este que prejudicou a produção de soja, que fez com que a movimentação desse grão diminuísse em relação ao exercício anterior, caindo de 5,2 milhões de toneladas para 3,1 milhões em 2022. A queda na movimentação dos grãos só não foi maior, graças ao aumento na exportação do milho em grãos, que saltou de 320 mil toneladas em 2021 para 1,6 milhões de toneladas em 2022. Por outro lado, a movimentação geral só não foi menor, em virtude da importação de fertilizantes que aumentou de 2,5 para 2,9 milhões de toneladas de um exercício para outro.

Por fim, na filial Porto de Laguna, assumida pela SCPAR em 16/10/2019, em 2022, foram descarregadas 4.147 toneladas de pescados e foram atendidas 376 embarcações. Embora tenhamos atendido 25% a menos de barcos, o volume de pescado caiu apenas 6% em comparação com o ano anterior, demonstrando, portanto, que os barcos que operaram em Laguna tinham em seus porões mais peixes do que no ano anterior. A queda do valor total das descargas ocorreu devido à greve dos pescadores nos primeiros 15 dias da safra da sardinha. Ressalta-se que a safra da sardinha é muito importante para o porto, tendo em vista que representa aproximadamente 50% do volume anual de descarga. No ano de 2022 o Porto de Laguna teve um faturamento de R\$1.029.510,56.

2.3.2 Desempenho SCPAR

No exercício de 2022 a SCPAR apresentou um Lucro de R\$13,5 milhões, ante um resultado positivo de R\$17,7 milhões em 2021. Este lucro é decorrente do resultado positivo da equivalência patrimonial na investida Sapiens Parque.

No que diz respeito aos portos de Imbituba e São Francisco do Sul, a empresa tem direito a receber os dividendos obrigatórios das controladas. Contudo, por força do contrato de Delegação da administração dos portos, a SCPAR necessita reinvestir essa receita em atividades/estruturas/demandas exclusivas destes portos. Após a apuração de resultados dos portos referentes aos anos de 2020, 2021 e 2022 a SCPAR deverá receber, respectivamente, a título de dividendos, os valores de R\$2.595.346,90, R\$3.220.564,50 e R\$ 25.767,768,98, totalizando a receber da SCPAR Porto de Imbituba o montante de R\$ 31.583.680,38, sendo que a SCPAR Porto de São Francisco do Sul a SCPAR deverá receber também dividendos, referentes aos

anos 2019, 2020 e 2022, respectivamente, os valores de R\$ 979.006,8, 524.621,79 e 1.488.279,30, totalizando R\$2.991.907,90.

A filial SCPAR Porto de Laguna, apesar de apurar receita no valor de R\$1,0 milhão, apresentou resultado negativo de R\$3,1 milhões devido à necessidade de investimentos e custeio operacional.

Quanto às participações acionárias, um fato relevante foi a redução do capital social por excesso por meio da devolução das 133.017.850 (cento e trinta e três milhões, dezessete mil, oitocentos e cinquenta) ações, que a SCPAR possui junto à CASAN, ao acionista Estado de Santa Catarina, realizado em 29/09/2021.

O Sapiens Parque S.A. apresentou um lucro líquido de R\$ 11,2 milhões, superior ao de 2021, que havia sido de R\$ 8,2 milhões. O resultado positivo foi refletido na equivalência patrimonial apontada nas demonstrações contábeis da companhia.

A SCPAR também possui participações acionárias na TAC Tecnologia Automotiva Catarinense, cujo valor importa em R\$6,2 milhões; na Rossin Automotiva S/A, com valor de R\$2,5 milhões; e na Proeza Automotiva S.A., cujo valor importa em R\$0,4 milhões. As referidas participações acionárias foram provisionadas como perda na realização de participações no valor total de R\$9,1 milhões, e que foram interpostas ações judiciais na 3ª Vara Cível da Capital, da SCPAR contra as empresas, com vistas à recuperação das perdas apontadas.

As atividades desenvolvidas junto à investida INVESC não provem receitas a SCPAR.

Outros ingressos financeiros da empresa foram decorrentes de investimentos avaliados pelo patrimônio líquido e receita financeira, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Investimentos e Receitas recebidos/à receber referente ao ano 2022

Investimentos	Retorno de investimento ou Receita (R\$)	Percentual do ingresso financeiro total (%)
Participações acionárias - Dividendos		
SCPAR Porto de Imbituba S.A.	3.220.564,50	27,58%
SCPAR Porto de São Francisco do Sul S.A.	524.621,79	4,49%
Subtotal	3.745.186,29	32,08%
Receita Operacional		
SCPAR Porto de Laguna	1.029.151,78	8,81%
Consultoria	1.604.518,44	13,74%
Subtotal	2.633.670,22	22,56%
Aplicações financeiras	4.840.110,10	41,46%
Juros Auferidos	6.054,89	0,05%
Variação monetária ativa	445.517,33	3,82%
Rendimentos Fundo SC	4.564,22	0,04%
Subtotal	5.296.246,54	45,36%
TOTAL	11.675.103,05	100,00%

Fonte: elaborada pelos autores com base nas demonstrações contábeis da empresa

2.3.3 Demonstrações Financeiras (2022)

A SCPAR auferiu lucro de R\$13.581.644,16 no exercício de 2022, conforme se observa na Tabela 2. Tal resultado é decorrente principalmente devido ao resultado da equivalência patrimonial positiva decorrente da investida Sapiens Parque e da distribuição de dividendos do Porto de Imbituba.

Tabela 2 – Demonstração do Resultado do Exercício de 2022

	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.258.372,25	1.014.109,92
Prestação de serviços (nota 21)	2.633.670,22	1.182.635,12
(-) Impostos sobre serviços (nota 22)	(375.297,97)	(168.525,20)
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(1.121.833,41)	(875.761,74)
Custos dos Serviços	(1.121.833,41)	(875.761,74)
LUCRO BRUTO	1.136.538,84	138.348,18
DESPESAS OPERACIONAIS	(11.758.710,05)	(9.104.530,57)
Despesas Pessoal e Encargos	(6.929.130,93)	(5.300.090,35)
Despesas Gerais e Administrativas	(429.830,56)	(414.568,10)
Honorários da Administração, Conselhos e Encargos	(1.147.821,71)	(1.251.135,29)
Serviços de Terceiros	(3.175.472,08)	(2.104.068,31)
Depreciação	(76.454,77)	(34.668,52)
OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS	19.511.025,64	24.622.177,20
Resultado da Equivalência Patrimonial (nota 11.1)	16.250.461,14	21.461.413,51
Dividendos dos Portos	3.220.564,50	3.119.968,69
Restituição de Seguros		40.795,00
Recuperação de Despesas	40.000,00	
RESULTADOS ANTES DOS RESULTADOS FINANCEIROS	8.888.854,43	15.655.994,81
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDOS (nota 23)	4.692.789,73	2.125.857,29
RESULTADO OPERACIONAL LÍQUIDO ANTES DO IMPOSTO	13.581.644,16	17.781.852,10
DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-
Imposto de Renda Sobre Lucro	-	-
Contribuição Social Sobre Lucro	-	-
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO do EXERCÍCIO	13.581.644,16	17.781.852,10
Lucro/Prejuízo por Ação	0,06	0,07

As Notas Explicativas integram as Demonstrações Financeiras

2.3.4 Execução do Orçamento Operacional previsto no Plano Anual de Negócios (2022)

O orçamento de custeio e investimento, aprovado no âmbito do Conselho de administração, a SCPAR Matriz realizou 70% e Filial (Porto de Laguna) realizou 56%, conforme se observa na Tabela 3.

Tabela 3 – Orçamento 2022

Orçamento Matriz			
	Descrição	Previsão de 2022	Realizado 2022
I	SALÁRIOS E ENCARGOS	10.958.554	7.565.746
	TOTAL SALÁRIOS	6.468.949	5.970.131
	TOTAL DE ENCARGOS	4.489.604	1.595.615
II	IMPOSTOS E TAXAS	215.603	261.202
III	DESPESAS OPERACIONAIS	131351,5059	7.810
IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	513.557	332.641
VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	1.130.159	616.750
VII	DESPESAS FINANCEIRAS	1.793	353.296
	CUSTEIO	12.951.017	9.137.445
	INVESTIMENTOS	545.000	327.898
	TOTAL CUSTEIO E INVESTIMENTOS	13.496.017	9.465.343
Percentual realizado			70%

Orçamento Laguna			
	Descrição	Previsão de 2022	Realizado 2022
I	SALÁRIOS E ENCARGOS	462.039	511.206
	TOTAL SALÁRIOS	266.377	385.892
	TOTAL DE ENCARGOS	195.662	125.315
II	IMPOSTOS E TAXAS	222.000	5.423
III	DESPESAS OPERACIONAIS	76.201	0
IV	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	755.811	145.485
VI	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	2.537.038	3.680.555
VII	DESPESAS FINANCEIRAS	1.793	3.885
	CUSTEIO	4.054.882	4.346.554
	INVESTIMENTOS	6.165.000	1.398.009
	TOTAL CUSTEIO E INVESTIMENTOS	10.219.882	5.744.563
Percentual realizado			56%

2.4 DESCRIÇÃO DA COMPOSIÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresenta-se, a seguir, a descrição da composição e da remuneração da administração do exercício social de 2022, 2021 e 2020:

Quadro 3 – Remuneração 2022

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2022 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. Nº total de membros	2	8	3	3
b. Nº de membros remunerados	2	8	3	3
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	353.275,35	253.676,16	95.128,56	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	42.345,10**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	0,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	10.530,49	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	14.979,31	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	395.620,45	253.676,16	95.128,56	95.128,56

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis

Quadro 4 – Remuneração 2021

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2021 – valores anuais				
	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutária
a. N° total de membros	3	7	2	1
b. N° de membros remunerados	3	7	2	1
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	609.374,48	253.676,16	63.419,04	31.709,52
Benefícios diretos e indiretos*	47.316,00**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	0,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	8.018,68	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	13.723,41	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	656.690,48	253.676,16	63.419,04	95,128,56

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

Quadro 5 – Remuneração 2020

Remuneração total prevista do Exercício Social corrente – 2020 – valores anuais

Carta de Governança e Políticas Públicas - 2023 - Página 16 de 19

SC Participações e Parcerias S.A.

Rodovia SC 401 Km 5, nº 4600, Bloco 4 – Saco Grande – Florianópolis - Fone: (48) 3665-3200

Santa Catarina – Brasil – CEP/ZIP: 88032005

Orçamento N° 121/2023/SCPAR/GABP (1004309)

SEI 23.0.000043416-7 / pg. 40

	Diretoria Estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Comitê Auditoria Estatutário
a. N° total de membros	3*	8	2	3
b. N° de membros remunerados	3*	8	2	3
c.i. Remuneração fixa				
Salário ou pró-labore*	609.374,48	253.676,16	63.419,04	95.128,56
Benefícios diretos e indiretos*	47.316,00**	Não há	Não há	Não há
Participação em comitês	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	2.400,00***	Não há
Outras remunerações fixas	Não há	Não há	Não há	Não há
Valor da maior remuneração	19.428,14	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor da menor remuneração	8.018,68	2.642,46	2.642,46	2.642,46
Valor médio da remuneração	13.723,41	2.642,46	2.642,46	2.642,46
c.ii. Remuneração variável				
Bônus	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação de resultados	Não há	Não há	Não há	Não há
Participação em reuniões	Não há	Não há	Não há	Não há
Comissões	Não há	Não há	Não há	Não há
Outros	Não há	Não há	Não há	Não há
Outras remunerações variáveis	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iii. Benefício Pós-emprego	Não há	Não há	Não há	Não há
c.iv. Cessação do cargo	Não há	Não há	Não há	Não há
c.v. Baseada em ações (incluindo opções)	Não há	Não há	Não há	Não há
d. Observações	Não há	Não há	Não há	Não há
e. Total da Remuneração	656.690,48	253.676,16	63.419,04	95.128,56

*No início do exercício constavam 5 membros na Diretoria Estatutária e 8 membros no Conselho de Administração.

**Considera-se benefícios indiretos vale alimentação, plano de saúde, plano odontológico e auxílio creche.

***Trata-se de ajuda de custo de deslocamento aos Conselheiros que residem fora da região metropolitana de Florianópolis.

2.5 FATORES DE RISCO, ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS E GERENCIAMENTO DE RISCO

2.5.1 Matriz de riscos

A Análise de Riscos Institucional advinda da Estratégia de Longo Prazo: 2023-2027 da SCPAR detêm os macro fatores de risco aplicáveis ao negócio da empresa, bem como sua macroestrutura de controle e gerenciamento desses riscos. Tal análise pode ser observada por meio do quadro abaixo:

Quadro 6– Análise de Riscos

Objetivo	Risco	Análise	Resposta ao Risco
Promover as parcerias, arrendamentos e concessões	Questionamentos de órgãos contábeis (MP e TCE) aos projetos	Os órgãos de controle são stakeholders diretos dos processos de desestatização, pois fiscalizam e tem o poder de impugnar qualquer projeto de concessão ou privatização.	Construir os processos em atendimento a todas as orientações dos órgãos de controle, como portarias, resoluções e instruções normativas. Além disso, estreitar o relacionamento da SCPAR com o TCE-SC por meio de visitas à entidade para debater os processos de desestatização do estado de Santa Catarina.
Garantir a eficiência da operação portuária	Perda da delegação	A perda de delegação pode decorrer do não cumprimento por parte do Estado dos requisitos exigidos pelo Governo Federal no Convênio de Delegação.	Demonstrar a melhoria na gestão dos portos delegados; demonstrar a contribuição econômica e social dos portos para o Estado de SC, por meio de evidências objetivas. Realizar um controle efetivo das obrigações exigidas nos convênios de delegação.
Garantir a eficiência da operação portuária	Crescimento dos portos privados concorrentes, que possuem melhores tecnologias e maior poder de investimento.	Os portos privados possuem mais liberdade de negociação tarifária; não se submetem aos ditames legais nos processos de arrendamentos; fazem gestão voltada para resultados; e tem capacidade de investimento.	Modernizar os portos de interesse público; fazer gestão voltada para resultados; estabelecer política comercial, com ampliação dos arrendamentos e atração de novas cargas.

REFERÊNCIAS

_____. **Estratégia de Longo Prazo da SC Participações e Parcerias: 2023-2027.** Disponível em: <<http://transparencia.scpa.r.sc.gov.br/scpa.r/gestao/planos-relatorios-e-indicadores/estrategia-de-longo-prazo>>. Acesso em: 10 set. 2021.

_____. **Plano de Negócios Anual 2022.** Disponível em: <http://transparencia.scpa.r.sc.gov.br/scpa.r/gestao/planos-relatorios-e-indicadores/plano-de-negocios-anual>>. Acesso em: 10 set. 2021.



Código para verificação: **4UH40D9C**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **MARCELO WERNER SALLES** em 08/09/2023 às 09:40:58
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/03/2021 - 08:10:51 e válido até 11/03/2121 - 08:10:51.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **ALEXANDRE AMIN SALUM JUNIOR** (CPF: 507.XXX.339-XX) em 08/09/2023 às 09:41:21
Emitido por: "SGP-e", emitido em 14/02/2022 - 14:15:03 e válido até 14/02/2122 - 14:15:03.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **MÁRIO POVIA** em 08/09/2023 às 09:48:41
Emitido por: "SGP-e", emitido em 11/03/2021 - 08:11:30 e válido até 11/03/2121 - 08:11:30.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **GISELE DE FARIA** (CPF: 003.XXX.469-XX) em 08/09/2023 às 09:56:21
Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/02/2019 - 16:16:28 e válido até 28/02/2119 - 16:16:28.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **GEAN CARLOS FERMINO** em 08/09/2023 às 10:57:18
Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/04/2023 - 14:07:41 e válido até 25/04/2123 - 14:07:41.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **SYDNEY HERCILIO DA ROSA FILHO** (CPF: 015.XXX.869-XX) em 05/10/2023 às 08:23:04
Emitido por: "SGP-e", emitido em 18/01/2023 - 14:56:28 e válido até 18/01/2123 - 14:56:28.
(Assinatura do sistema)
- ✓ **LUCIANE COREZZOLLA DECARLI** (CPF: 020.XXX.149-XX) em 16/10/2023 às 15:35:50
Emitido por: "SGP-e", emitido em 25/04/2023 - 14:04:06 e válido até 25/04/2123 - 14:04:06.
(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0NQVJfMTA1NDJfMDAwMDA5NDVfOTQ1XzlwMjNfNFVINDBEOUM=> ou o site <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SCPAR 0000945/2023** e o código **4UH40D9C** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.